



## Uma Causa Comum para o Crescimento Sustentável e a Estabilidade na África Central

---

Abebe Aemro Selassie

1 de agosto de 2017



Mulher com machete em Bafut, Camarões: seis países da África central têm uma estratégia para a viragem das suas economias, com a ajuda do FMI. (foto: Heiner Heine/imageBroker/Newscom)

Seis países da África central foram duramente atingidos pelo colapso dos preços das matérias-primas. O preço do petróleo caiu, o crescimento económico estagnou, a dívida pública subiu e as reservas cambiais diminuíram. A reação tardia dos decisores políticos e um conflito regional dificultaram ainda mais a situação dos povos da região.

Os países da [Comunidade Económica e Monetária da África Central](#) são [Gabão](#), [Camarões](#), [Chade](#), [República Centro-Africana](#), [República do Congo](#) e [Guiné Equatorial](#). Eles partilham uma moeda comum — o franco CFA — que está ancorada ao euro, bem como um [banco central comum](#) que detém o conjunto das reservas cambiais da região.

Em resposta às graves circunstâncias económicas atuais, os países formularam uma estratégia para a viragem das suas economias, cujo sucesso depende da execução de políticas bem coordenadas dentro de cada país e além das suas fronteiras.

Os países buscaram também o apoio do FMI. Nas últimas semanas, o FMI aprovou novos programas para o Gabão, os Camarões e o Chade, bem como um reforço do financiamento para a República Centro-Africana. Estão em curso discussões com a República do Congo e a Guiné Equatorial.

### **Colapso do preço do petróleo**

O petróleo responde por cerca de 60% das exportações da região. Assim, o colapso dos preços do petróleo em 2014 foi um duro golpe económico que reduziu à metade as receitas públicas das exportações de petróleo entre 2014 e 2016. Por consequência, o défice da conta corrente da região aumentou consideravelmente, de 3,9% do PIB em 2014 para 9,3% em 2016.

Apesar de alguns cortes nos gastos públicos para compensar o declínio nas receitas do governo, a dívida pública aumentou de 29% do PIB em 2014 para 47% do PIB em 2016.

As dificuldades económicas foram agravadas pelas ameaças à segurança devido à presença do Boko Haram na região do Lago Chade e ao conflito civil na República Centro-Africana.

Inicialmente, os países demoraram a reagir a esses choques e, até ao final de 2016, as reservas cambiais sofreram uma queda de USD 10 mil milhões, chegando ao equivalente a cerca de dois meses de importações; este nível é muito inferior ao necessário, sobretudo numa região que adota um regime de câmbio fixo.

### **Frente unida**

Reconhecendo a gravidade e a urgência da situação, as lideranças nacionais, reunidas na Cimeira de Iaundé em dezembro de 2016, decidiram tomar as medidas necessárias para abordar as suas atuais dificuldades económicas e lançar as bases para uma recuperação económica gradual. Um dos pilares da estratégia económica é a preservação da ancoragem cambial. Uma decisão importante das lideranças é que todos os países tomariam as medidas que fossem necessárias para a solução do seu problema coletivo. Trata-se de uma decisão fundamental, pois só o trabalho conjunto pode assegurar o início da recuperação da economia de toda a região.

Compete a cada país estabelecer suas próprias políticas, mas a estratégia global enfatiza quatro áreas de reformas:

- Elevar as receitas não petrolíferas através de reformas fiscais, priorizar melhor as despesas para ajudar a estabilizar os níveis da dívida pública e aumentar a transparência e a eficiência dos gastos públicos
- Preservar os gastos sociais e introduzir novos programas de proteção social para aliviar o impacto da crise económica sobre os pobres.
- Fortalecer o setor financeiro para promover a estabilidade e a inclusão.
- Melhorar o ambiente de negócios e promover a diversificação económica, diminuindo a excessiva dependência em relação ao petróleo.

### **Apoio do FMI**

O FMI está a prestar apoio através do financiamento, aconselhamento em políticas e assistência técnica.

**Financiamento.** Em conjunto com outros parceiros de desenvolvimento, o financiamento concedido pelo FMI permitirá uma correção mais gradativa dos desequilíbrios do que ocorreria sem esses recursos. Com isso, os países terão mais tempo para executar as tão necessárias reformas económicas que contribuirão para aumentar a resiliência a choques e crises futuras.

Nosso trabalho de **aconselhamento em políticas e assistência técnica** é bastante vasto, mas há três áreas críticas para o êxito das reformas:

- ***Coordenação de políticas entre os países e com as instituições regionais.*** Todos os países devem assegurar a execução uniforme dos seus programas de reformas para evitar comportamentos oportunistas. Ao mesmo tempo, o banco central regional precisa de manter o seu compromisso com o apoio aos programas nacionais, e elevar as taxas de juro na medida necessária para ajudar a reconstruir as reservas externas e apoiar a âncora cambial. O setor financeiro também precisa de ser reforçado, nomeadamente através do aperfeiçoamento do quadro de supervisão bancária e da sua execução.
- ***Reformas fiscais inclusivas e favoráveis ao crescimento.*** Os países podem mitigar os efeitos de cortes de despesas com medidas que aumentem a eficiência dos gastos públicos e ajudem a proteger os pobres. O apoio popular às reformas será maior se os governos conseguirem demonstrar que o ajustamento orçamental é distribuído de maneira justa e de forma a proteger os mais vulneráveis.

- ***Combater a corrupção e aumentar a transparência no uso dos recursos públicos.*** A [corrupção](#) pode exercer enorme pressão sobre os escassos recursos públicos e travar o crescimento económico. Os seis países podem demonstrar que as reformas atuais conseguirão superar antigas deficiências, com medidas concretas. Por exemplo, entre outras políticas, incentivamos os países a aderirem à [Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas](#), que apoia a divulgação de informações sobre as receitas das matérias-primas.

Em última análise, o êxito das estratégias dependerá da habilidade dos países em implementar as reformas e conduzir as políticas para reagir a choques futuros. O FMI está pronto para apoiar os esforços dos países para melhorar as perspetivas económicas de seus cidadãos.

## Principais características dos programas nacionais

### Camarões

- Manter a sustentabilidade da dívida pública ao alinhar os planos de endividamento com a capacidade de executar projetos de investimento e dar prioridade a projetos de infraestruturas que contribuam para o desenvolvimento do país. Aumentar a receita não petrolífera através do alargamento da cobertura do imposto fundiário e da racionalização das isenções fiscais.
- Apoiar o crescimento liderado pelo setor privado, ao abordar a elevada incidência de créditos malparados e resolver a situação dos bancos insolventes, bem como remover os entraves administrativos ao desenvolvimento do setor privado.
- Destinar 3,5% do PIB para os gastos com saúde e educação e alargar a cobertura dos programas de proteção social.

### Gabão

- Conter os gastos públicos para estabilizar a dívida pública e colocá-la numa trajetória descendente a médio prazo.
- Aumentar a transparência e eficiência da despesa pública através de reformas na gestão das finanças públicas, nomeadamente através de melhorias no processo de aquisições públicas, por exemplo, para garantir o melhor custo-benefício.
- Proteger programas sociais críticos dos efeitos do ajustamento orçamental, ao garantir o financiamento adequado; manter a estabilidade financeira e perseguir políticas que estimulem a diversificação económica. Especificamente, simplificar os procedimentos e reduzir o tempo necessário para abrir uma empresa, obter licenças de construção, registar propriedades, pagar impostos e executar contratos, para apoiar o investimento do setor privado e a criação de emprego.

### Chade

- Restabelecer a sustentabilidade da dívida ao reestruturar a dívida externa comercial.
- Estimular a mobilização de receitas não petrolíferas, melhorar a gestão das finanças públicas e prosseguir esforços de diversificação económica, em simultâneo ao reforço da estabilidade do setor bancário.
- Realocar recursos para o investimento público, a regularização de atrasados de pagamentos internos e os gastos sociais, tendo como meta o aumento gradativo destes últimos a partir de 2017, até alcançar os 4,2% do PIB.

### República Centro-Africana

- Acelerar os pagamentos de atrasados internos e aumentar a despesa social para apoiar a coesão social e o crescimento.
- Elevar as receitas internas em cerca de 3% do PIB até 2020 para criar espaço no orçamento para os serviços sociais e projetos de infraestruturas críticos.
- Melhorar a transparência e eficiência dos gastos públicos através da publicação periódica de relatórios de execução orçamental.

\*\*\*\*\*



**Abebe Aemro Selassie** é Diretor do Departamento de África do FMI, do qual foi anteriormente subdiretor. No FMI, liderou as equipas de trabalho de Portugal e África do Sul, bem como a produção do relatório sobre as *[Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana](#)*. Trabalhou também com as equipas responsáveis pela Tailândia, Turquia e Polónia, bem como numa série de questões de políticas. Entre 2006 e 2009 foi representante residente do FMI em Uganda. Antes de ingressar no FMI, o Sr. Selassie trabalhou para o Governo da Etiópia.